UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

MÁRCIO SANTOS PASSOS

# O PAPEL DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS

ILHÉUS - BAHIA

2008

**MÁRCIO SANTOS PASSOS**

# O PAPEL DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS

Monografia apresentada, para a obtenção do título de Especialista em Economia das Sociedades Cooperativas, à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Área de Concentração: Economia

Orientador: Prof. Juracy Martins Santana

**ILHÉUS - BAHIA**

**2008**

**MÁRCIO SANTOS PASSOS**

# O PAPEL DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS

Data de Aprovação: 22 de Dezembro de 2008

_____

Orientador: Prof. Juracy Martins Santana

_____

_____

_____

**ILHÉUS - BAHIA**

**2008**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a minhas filhas Marceli e Indira Mariana, pelo carinho e amor.
À memória dos meus pais, Máximo e Célia, que sonharam um futuro melhor para mim e para os meus irmãos.
A José Gabriel da Costa pelos ensinamentos superiores.
A Eliana, esposa dedicada, pela compreensão e companheirismo na caminhada.

**AGRADECIMENTOS**

Ao Pai Superior pelo dom da vida.

Ao Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz, pela oportunidade da realização do curso.

A Profª. Dinalva Melo do Nascimento, pelo primeiro direcionamento que me deu para a definição do tema e desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Juracy Martins Santana, velho amigo que, prontamente atendeu ao meu pedido de orientação e com simplicidade e domínio técnico me clareou no desenvolvimento deste estudo.

Ao professor Fernando Rios pela paciência e pela atenção, que me permitiram chegar à conclusão deste trabalho.

Aos professores e colegas pelo convívio e pela amizade.

# O PAPEL DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA NO FORTALECIMENTO DAS COOPERATIVAS


## RESUMO

A cultura da cooperação pode ser entendida como uma filosofia, ou um proceder inspirado em princípios humanísticos. A prática cooperativista favorece a conquista de objetivos comuns tendo em vista uma melhor qualidade de vida nos grupos e comunidades. É uma prática antiga que ressurge como força indispensável para as pessoas crescerem e se desenvolverem social e economicamente, através da adoção de formas de empreendedorismo coletivo, favorecendo a conquista de benefícios comuns, geralmente difíceis de serem atingidos de forma isolada.

A cultura da cooperação depende da predisposição das pessoas de saírem do eu para o nós, trabalhando os valores associativos de forma corajosa e persistente, onde todos unem suas energias, experiências e conhecimento de sua realidade para modificá-la e, com isso, ganhar juntos.

A falta de investimentos suficientes em educação cooperativista tem dificultado o desenvolvimento do cooperativismo. O que se vê na prática é que as empresas capitalistas de forma geral progridem e avançam colhendo os frutos da era da informação e da cibernética, enquanto que a educação cooperativista, continua na idade da pedra.

O objetivo desta pesquisa é analisar o papel da educação cooperativista no fortalecimento das cooperativas. Será feita uma pesquisa bibliográfica em torno da historia, doutrina, teoria e legislação cooperativista, e um estudo dos princípios da educação de adultos com objetivos de desenvolvimento e emancipação do ser humano. Em seguida procurar-se-á estabelecer um elo entre o cooperativismo e educação com foco no fortalecimento da instituição da cooperativa.



Palavras-Chave: Educação. Cooperativismo. Princípios. Empreendedorismo. Solidariedade. Desenvolvimento. Capacitação. Investimento.

## LISTA DE SIGLAS

| | |
|---|---|
| ACI | Aliança Cooperativa Internacional |
| OCB | Organização das Cooperativas Brasileiras |
| SESCOOP | Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo |
| FATES | Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social |
| UNISINOS | Universidade do Vale dos Sinos |

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÂO** 8

**2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA** 10

**2.1 - Escorço histórico** 10

**2.2 - Cooperativismo: à guisa de uma definição técnica** 13

**2.2.1 - Doutrina Cooperativista** 14

**2.2.2 - A Doutrina Cooperativista de Inspiração Rochdaleana** 14

**2.3- Educação informal e seu papel no aprendizado social** 16

**2.4 - Interfaces entre Cooperativismo e Educação** 20

**3 CONCLUSÃO** 27

**REFERÊNCIAS** 29

# 1 INTRODUÇÃO

A cultura da cooperação é uma prática antiga, e sempre esteve presente ao longo da história da humanidade, desde a Antiguidade, até os dias de hoje. Na verdade é uma filosofia, uma forma de pensar e de agir com base na adoção de princípios humanísticos. A prática cooperativista permite a conquista de objetivos comuns e favorece uma melhor qualidade de vida nos grupos e comunidades.

No início deste novo século, a cooperação ressurge como uma força indispensável para as pessoas crescerem e se desenvolverem social e economicamente, por meio da organização de associações, cooperativas e outras formas de empreendedorismo coletivo, proporcionando a conquista de benefícios jamais imaginados de serem atingidos de forma isolada.

Porém, a cultura da cooperação só se instala se as pessoas se predispõem a sair do eu para o nós, trabalhando os valores associativos de forma corajosa e persistente, num movimento onde todos unem suas energias, experiências e conhecimento de sua realidade para modificá-la e, com isso, ganhar juntos.

Uma das principais causas de crise no sistema cooperativo, e nas cooperativas está relacionada à questão da participação do associado na vida da cooperativa. De acordo com o Relatório do Brasil apresentado no VII Seminário Ibero-Americano de Centros de Educação Cooperativa, participação do associado na cooperativa é a fixação dos objetivos da cooperativa por todos os associados em função do bem estar do conjunto dos mesmos. O controle da cooperativa é a fiscalização da operacionalização e execução dos objetivos fixados pela cooperativa.

Segundo Freitas (2008), presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), o cooperativismo ainda não tem uma grande difusão por falta de investimentos em capacitação e educação. Por mais que se conheça ou por mais que se ouça falar, por alto, no assunto, o cooperativismo ainda não tem uma difusão compatível com todas as vantagens que oferece. Prova disso é o fato de que, segundo ele apenas 3% da população brasileira participa direta ou indiretamente de cooperativas. “O cooperativismo é o braço econômico da organização social”, afirma Freitas (2008), que defende o desenvolvimento das cooperativas tendo como argumentos de que elas são uma alternativa ao desemprego, desburocratizam e facilitam o acesso ao crédito e agregam valor na prestação de serviços. “Para desenvolver o cooperativismo brasileiro, o fundamental é o trabalho e o investimento em capacitação e educação”, salienta.

Assim este estudo pretendeu investigar o papel da educação cooperativista no fortalecimento das cooperativas, como ponto de partida ao desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo, através da preparação das lideranças e do cooperado pela conscientização da sua dupla natureza enquanto sócio e, conseqüentemente, dono da cooperativa.

O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental em torno da historia do cooperativismo, doutrina e teoria cooperativista, e legislação aplicável (Lei nº 5764/71), bem como um estudo dos princípios da educação orientados para o desenvolvimento e emancipação do ser humano. Em seguida, procurou-se estabelecer um elo entre o cooperativismo e educação principalmente de adultos, com foco no fortalecimento da instituição da cooperativa.

# 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

## 2.1 Escorço histórico

A cooperação sempre existiu nas sociedades humanas, desde as eras mais remotas, estando sempre associada às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças. Os melhores exemplos de cooperação aparecem quando se estuda a organização social dos povos antigos como babilônios, gregos, chineses, astecas, incas e maias (SCHNEIDER, 1998).

A cooperação econômica se fortaleceu no século XVI, com P. C. Plockboy, que idealizava a cooperação integral por classes de trabalhadores, e com John Bellers, que procurava organizar "Colônias Cooperativas" para produzir e comercializar seus produtos, eliminando o lucro dos intermediários (PINHO, 1977)

O cooperativismo moderno surgiu junto com a Revolução Industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que a Revolução Industrial trouxe com suas mudanças e transformações, pois o industrialismo, na sua primeira etapa fez com que os artesãos e trabalhadores migrassem para as grandes cidades atraídos pelas fabricas em busca de melhores condições de vida. Essa migração fez com que houvesse excesso de mão de obra, resultando na exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana, com jornadas de trabalho de ate 16 horas/dia, com salários insignificantes que não lhes garantiam a compra dos alimentos, obrigando mulheres e crianças a ingressar no mercado de trabalho, em condições mais desumanas que a dos homens. Tais injustiças econômicas e sociais provocaram reações de diversos pensadores socialistas que não aceitavam as condições desumanas a que os trabalhadores eram submetidos, e começaram a

divulgar idéias e experiências destinadas a modificar o comportamento da sociedade.

Pinho (1977), esclarece que essa preocupação com as questões sociais fizeram com que os “socialistas” estudassem as formas de organização das civilizações antigas ate descobrirem a cooperação como instrumento de organização social. Os socialistas que exerceram influências sobre o cooperativismo moderno foram Owen, Fourier, Buchez e Blanc.

Robert Owen (1771 – 1858), afirmava que o homem é o resultado de seu meio social; para modificá-lo, seria necessário modificar o meio social, mas de forma pacífica, gradual e moderada, a fim de que nenhuma parte do corpo político nem do individuo sofressem com a mudança. A modificação do caráter dos indivíduos, por sua vez, acarretaria mudanças no sistema social.

François Marie Charles Fourier (1772-1837), procurou harmonizar os interesses dos trabalhadores, dos capitalistas e dos consumidores, pois acreditava que “as desigualdades entre pobres e ricos fazem parte do plano de Deus e tudo o que provem de Deus é bem feito”, e que os problemas econômicos e sociais poderiam ser resolvidos por meio dos Falanstérios, onde os homens viveriam suas diferenças com justiça e harmonia.

Phelippe Josepnh Benjamin Buchez (1796-1865), defendia a associação cooperativa dos operários por categoria profissional de forma pacifica e sem espoliações, para que eles se tornassem produtores livres, e, com isso: a) tivessem poupanças em comum; b) obtivessem empréstimos em comum; c) assegurassem salários iguais a todos.

Louis Blanc (1812-1882), defendia a associação de operários em fabricas sociais, que no primeiro momento seria organizada e financiada pelo estado, pois defendia que o estado era responsável pelos problemas econômicos e sociais. As fabricas sociais seriam organizadas por estatutos próprios, mas dentro do principio da igualdade, segundo o qual as sobras líquidas seriam divididas em três partes, sendo uma para os operários, uma constituiria um fundo de assistência social e o restante para capitalização e fortalecimento financeiro do empreendimento.

Formam o pensamento cooperativo: a) idéias sociais dos precursores; b) experiências cooperativistas dos trabalhadores ingleses e franceses, principalmente as de Rochdale; c) idéias e princípios do cooperativismo de credito; d) estudos da escola de Nimes.

Muitas experiências cooperativistas não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis e, principalmente, pela forma como as cooperativas eram criadas (PINHO, 1977)

O sucesso aconteceu em Rochdale (distrito de Lancashire, na Inglaterra), devido às iniciativas próprias de 28 tecelões, que buscavam um meio de melhorar suas condições sociais e econômicas.

A história do cooperativismo registra que em Rochdale, no dia 24.12.1844, os Pioneiros de Rochdale inauguraram um armazém, organizado e regido por normas estatutárias que, segundo Pinho (1977), objetivavam: a) formação de capital para emancipação dos trabalhadores, mediante economias realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios; b) construção de casas para fornecer habitação a preço de custo; c) criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir direta e economicamente tudo o que fosse indispensável às necessidades dos trabalhadores, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebiam baixos salários; d) educação e luta contra o alcoolismo; e) comercialização (compra e venda) somente a dinheiro, para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, evitando o crédito, que considerava um “mal social”; f) cooperação integral.

Os estatutos da sociedade dos Pioneiros de Rochdale, com seus princípios, normas e estrutura organizacional, passaram a ser os Fundamentos Doutrinários do Cooperativismo, que são:

a. Livre adesão e demissão dos sócios;
b. Direito de um voto por associado (um homem = um voto);
c. Juros limitados ao capital;
d. Distribuição das sobras proporcional à operação;

e. Fundo de reserva para aumento do capital;
f. Fundo de reserva para desenvolvimento da educação.

## 2.2 Cooperativismo: à guisa de uma definição técnica

Em seu ensaio Conteúdos da Educação Cooperativista, Schneider (1979), assinala que os precursores do cooperativismo são representados pelos homens que se dedicaram a buscar uma forma de melhor organizar as sociedades em épocas de grandes mudanças, e que, devido ao seu despreparo, são sempre acompanhadas de grandes problemas sociais, tais como: desemprego, instabilidade econômica, incertezas, medo, fome, violência, entre outros males que afetam a sociedade moderna.

A formação do pensamento cooperativo se deu graças ao sucesso dos Pioneiros de Rochdale, que demonstraram ser possível a união das pessoas em torno de um objetivo, e que a organização de uma cooperativa pode melhorar a situação econômica, social e as condições de vida de uma comunidade cooperativada, sendo considerados assim, o núcleo originário.

A modernização do pensamento cooperativo ocorreu com as ramificações das cooperativas, com os estudos de Charles Gide, desenvolvidos na Escola de Nimes, e com a atuação da ACI – Aliança Cooperativa Internacional, cuja finalidade máxima é intensificar o intercambio entre as cooperativas dos diversos paises, tanto no campo doutrinário, como no educativo e técnico (SCHNEIDER, 1979)

Schneider (1994) em seu trabalho A Doutrina do Cooperativismo nos Tempos Atuais, traz à luz algumas considerações importantes sobre o aspecto doutrinário e sobre o papel da ACI, afirmando que à Aliança Cooperativa Internacional enquanto guardião dos princípios essenciais, cabe a cobrança destes junto à grande maioria das cooperativas em todo o mundo, e realizar as adaptações necessárias de acordo com as peculiaridades de cada região e cultura.

No Congresso da ACI em Viena em 1966, a Comissão Especial encarregada de dar um parecer sobre os princípios cooperativos afirma que “esses princípios não estão associados arbitrariamente ou por azar, mas formam parte de um sistema e são inseparáveis” e são as cooperativas que ao adotá-los em seu conjunto, como um sistema integral, que lhes dão coerência interna.

O art. 8º do estatuto da ACI define que “será considerada como sociedade cooperativa qualquer que seja sua estrutura legal, toda associação de pessoas ou de sociedades que tenham por objetivo a melhoria econômica e social de seus membros por meio da exploração de uma empresa, baseada na ajuda mútua e nos Princípios Cooperativos, tal como foram estabelecidos pelos Pioneiros de Rochdale e reformulado pelo 23º Congresso da ACI em Viena-1966” (SCHNEIDER, 1994)

### 2.2.1 Doutrina Cooperativista

A Doutrina Cooperativista é humanista, atribui ao homem importância fundamental, bem como a seus interesses e aspirações. No cooperativismo o homem é o centro de tudo. A doutrina prima pela liberdade, principalmente a econômica, mas não se abstém da liberdade social e democrática. A igualdade é princípio básico do cooperativismo, pois não existem distinções de nenhuma espécie. No cooperativismo todos devem ser solidários, portanto a solidariedade está incorporada à doutrina, bem como à racionalização de todas as ações do cooperado.

### 2.2.2 A Doutrina Cooperativista de Inspiração Rochdaleana

O corpo principal da Doutrina Cooperativista foi desenvolvido a partir das experiências cooperativistas de Rochdale, sistematizadas por Charles Gide *e* disciplinadas pela ACI a todas os tipos de cooperativas, independente do seu conteúdo ideológico. A Doutrina Cooperativista, segundo Pinho (1977), é assim representada:

I. Finalidade Principal:

a) corrigir e modificar o meio econômico-social, pacífica e gradativamente, com base nas cooperativas de consumo (hegemonia do consumidor);
b) prestar serviços;
c) eliminar a concorrência;
d) eliminar o assalariado;
e) eliminar o lucro abusivo;
f) obter o preço justo;
g) realizar a república cooperativa.

II. Meio Utilizado: todos os tipos de cooperativas (especializadas ou integrais), organizadas segundo os Princípios dos Pioneiros de Rochdale.

III. Normas Operacionais baseadas nos Princípios de Rochdale:

a) adesão livre;
b) gestão democrática;
c) retorno *pró rata* das operações;
d) taxa limitada de juros ao capital;
e) difusão limitada de juros ao capital;
f) difusão da educação;
g) cooperação entre as cooperativas;
h) neutralidade política;
i) neutralidade religiosa;
j) neutralidade racial e social;
k) vendas pelo "justo preço";
l) vendas a dinheiro;
m) transações apenas com os membros;
n) aspiração à "república cooperativa";
o) constituição de um patrimônio cooperativo indivisível entre os associados ("propriedade cooperativa").

Na corrente doutrinária rochdaleana, (hegemonia do consumidor), existem duas correntes de discussões, que são: do macro cooperativismo e a do micro cooperativismo, que se distinguem da seguinte forma:

a) Macro cooperativismo: busca atingir uma nova ordem econômica e social, pela organização do cooperativismo no plano macroeconômico;
b) Micro cooperativismo: é representada pelos autores que consideram as cooperativas somente como corretivo das distorções dos sistemas econômicos (capitalista ou socialista).

Neste momento de grandes transformações que afetam sensivelmente a nossa estrutura social e econômica, com o agravamento das crises sociais, tanto no campo como nas cidades, o cooperativismo mostra-se uma das mais viáveis alternativas para resolução de tais problemas, pois a origem do cooperativismo está ligada diretamente às dificuldades e lutas que os seres humanos travaram em defesa da sua dignidade.

## 2.3 Educação informal e seu papel no aprendizado social

Na grande maioria dos seminários, congressos e demais eventos, aonde se estuda a situação atual do Cooperativismo em todos os níveis, seja local, nacional ou mundial, a questão da falta de recursos humanos capacitados para os cargos de direção bem como de gerencia e chegando até aos níveis operacionais, somando-se a isto a falta de conscientização dos associados das cooperativas, em relação à função reguladora econômico-político e social que as organizações cooperativas representam no contexto da sociedade, são apontados como a causa primeira do baixo nível de desenvolvimento das cooperativas.

Quase que profeticamente, os Pioneiros de Rochdale identificaram a necessidade de educar os sócios da recém criada cooperativa desde o início. Apesar de esta não ter sido uma regra básica do Primeiro Estatuto da Sociedade, os iniciantes cedo trataram de organizar uma biblioteca pública e alguns cursos os quais eram repartidos entre os pioneiros e cobriam as mais variadas gamas culturais. Apenas em 1849, a Sociedade dos Pioneiros organizou o primeiro núcleo de educação com a denominação de Departamento de Educação. Mesmo assim, já na reformulação de 1845 e de 1854 (Art. 42) de seu Estatuto, os Pioneiros incluíram e ampliaram a sua visão concernente à educação.

Desde a criação da Cooperativa de Rochdale, o comércio e a industria mundial passaram por profundas modificações que fizeram com que deixasse de haver uma unanimidade de compreensão e interpretação dos Princípios Cooperativos o que aconselhou a realização de primeira grande revisão de seus

conteúdos. Os Principios de Rochdale desde 1844 tem sido considerados os Principios Básicos do Cooperativismo, e dentre eles sempre tem sido mantido o Princípio relativo ao “desenvolvimento e a promoção da educação, da formação e da informação”.

Os princípios do cooperativismo mereceram a atenção de 3 Congressos da Aliança Cooperativa Internacional para serem discutidos, reformulados e adequados à realidade de cada época: Nos Congressos da ACI em Paris, em 1937, em Viena em 1966 e em Manchester, em setembro de 1995. Além disso, nos Congressos da ACI em Estocolmo em 1988 e em Tóquio em 1992, discutiu-se especificamente sobre a atualidade ou não dos valores do cooperativismo, que são a fonte inspiradora e motivadora dos princípios. Anteriormente a cada um destes Congressos nomeou-se uma Comissão Interdisciplinar e Internacional, visando proporcionar subsídios aos associados congressistas. O Relatório destas Comissões foram apresentados por William Pascoe Watkins em 1966, por Sven Ake Book em 1992 e por Ian McPherson em 1995, (SCHNEIDER, 1999).

Assim, a educação/capacitação Cooperativista dever ser um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, que fomente a auto-capacidade para a geração de conhecimento e de poder, como forma de viabilizar condições de progresso, criando um verdadeiro corpo, em que as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo.

Segundo Freire (1979, p. 28 e 29), “a educação implica em uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela”.

E continua:

> Por isso ninguém educa ninguém. É uma busca permanente de si mesmo. A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas não são absolutos. O homem por ser inacabado, incompleto não tem o conhecimento de maneira absoluta (FREIRE, 1979, p. 28 e 29).

Ainda de acordo com Freire (1987, p. 68 e 69),

> Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir "conhecimentos" e valores aos educandos. [...] Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que , enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. [...]
> Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.

A educação é comunicação, é troca de experiências, não é transfusão de saber, é a admiração do objeto da comunicação que é expressa através de signos lingüísticos. Neste, a comunicação se verifica entre sujeitos sobre algo que os mediatiza e que se oferece a eles como um fato cognoscível (SCHNEIDER, 1979).

Este algo, que mediatiza os sujeitos interlocutores, pode ser tanto um fato concreto (a doutrina e os princípios cooperativistas, por exemplo), como um teorema matemático. Em ambos os casos, a comunicação verdadeira não nos parece estar na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co-participação no ato de compreender a significação do significado. Esta é a comunicação que se faz criticamente (SCHNEIDER, 1979).

Assim para Freire (1987, p. 70 e 71)

> A educação como pratica da liberdade, ao contrário daquela que é pratica da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão que propõe, por ser autentica, não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens e suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. [...]
> Na medida em que os homens, simultaneamente refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de sua percepção, vão também dirigindo sua "mirada" a "percebidos". [...]
> O que antes já existia como objetividade, mas não era percebido em suas implicações mais profundas e, às vezes, nem sequer era percebido, se "destaca" e assume caráter de problemas, portanto, de desafio.
> A partir deste momento, o "percebido destacado" já é objeto da "admiração" dos homens, e, como tal, de sua ação e de seu conhecimento.
> Enquanto, na concepção bancária, [...] o educador vai "enchendo" os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na pratica problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, e não mais como uma realidade estática, mas como realidade em transformação, em processo.

Numa sociedade altamente individualista, competitiva e aflita por resultados imediatos, importa que uma educação cooperativista defina claramente seus objetivos em relação ao tipo de homem e sociedade que pretende formar.

Para Schneider (1979), parece válido afirmar que a educação cooperativista deva se concentrar principalmente na formação de pessoas solidárias, democráticas, capazes de se auto-ajudar, capazes de situar o interesse do grupo pelo menos no mesmo nível do interesse individual e familiar. A educação cooperativista deve propor-se ser um instrumento eficaz na construção de um tipo de convivência onde a democratização de oportunidades seja acompanhada pela democratização dos resultados atingidos pela cooperativa.

Segundo Schneider (1979),

> A educação cooperativista deve ser concebida como um instrumento apto para a criação e comunicação de valores, idéias e padrões de comportamento e formas de organização que instaurem uma nova sociedade . Por isto, os conteúdos e as atitudes que tal educação desperta e transmite opõe-se aos conteúdos axiológicos e às atitudes da ordem social e econômica vigentes. A educação cooperativista visa, pois, modificar, substituindo a médio e a longo prazo a atual configuração socioeconômica, baseada numa intensa competição individualista.

Neste esforço para a construção de um novo modelo de convivência econômica e social, devem ser evitadas soluções pré fabricadas. Neste caso os agentes do processo devem vive-lo juntos, de maneira que a evolução do conhecimento se faça em grupo no decorrer do processo partindo da sua realidade concreta como produtores, assalariados, consumidores. Havendo assim a necessidade de uma educação construtivista, evitando-se a domesticação e o domínio do educando (a educação bancária da qual fala Paulo Freire), permitindo-lhe condições de assimilar e internalizar concepções e princípios através do esforço pessoal.

E ainda conforme Schneider (1979):

> A educação autenticamente cooperativista, parece dever preocupar-se fundamentalmente com que cada pessoa seja sujeito de sua própria história, mas em cooperação com os demais e numa perspectiva solidária, segundo a qual, seja capaz de ver que a pessoa só se realiza, ao realizar-

> se com os demais (com os outros) e a cooperar na realização dos outros. Tal perspectiva educacional exige do educador que entre com o educando numa relação dialógica, numa relação igualitária, o que implica Amor e Respeito para com a individualidade da outra pessoa. Neste sentido, o educador só pode assumir a verdadeira função do "educar", que etimologicamente significa "educare", extrair, remexer para extrair algo, ação na qual o educador é apenas a oportunidade mediante a qual o educando descobre o que tem em si, as virtualidades morais e intelectuais que tem em si e que o professor apenas ajudou a descobrir.

O educador deve colaborar no despertar de valores, de crenças, de atitudes, mas cujos valores e atitudes devem ser trabalhados, filtrados e por fim assimilados interiormente pelo próprio educando, no sentido de ele assumir tais valores e atitudes como próprios, porque está convencido interior e pessoalmente de sua importância, porque estão de acordo com a realidade que vive e enfrenta e não porque outros lhe impuseram. Tal orientação deve levá-lo à certeza da importância dos valores pessoais e comunitários segundo os quais veja que a construção da própria história está inter-relacionada à história dos outros, que se unem e agregam pela cooperação (SCHNEIDER, 1979).

## 2.4 Interfaces entre cooperativismo e educação

A cooperativa tem como missão "a prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa", inclusive é o que está disposto no inciso X da Lei 5.764/71; e ainda, esta mesma lei estabelece, no artigo 28, inciso II, que as cooperativas são obrigadas a constituir "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituindo de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício".

Sem dúvidas, este é um dos mais importantes princípios cooperativistas, pois implica a valorização do homem, e desmitifica a idéia do homem apenas como peça

de uma engrenagem no processo produtivo, tornando-o pessoa capaz de usufruir em proveito próprio do efetivo resultado do processo produtivo.

Para vários especialistas, o princípio da educação cooperativa é a base do cooperativismo, é a sua regra de ouro. Uma cooperativa só é autêntica quando leva à prática a educação, capacitação, e informação.

A educação cooperativa visa suscitar uma cultura cooperativa e por isso requer uma pedagogia ativa própria e permanente: tem como missão difundir idéias, princípios, experiências e práticas, ao mesmo tempo deve proporcionar uma formação técnica. Segundo a Comissão da ACI em 1966, hoje, face à crescente concorrência, face também à crescente complexidade organizacional das cooperativas, chegou a hora, em que o movimento cooperativo deve considerar sua atividade educativa muito mais seriamente do que o fez no passado. A mesma Comissão também está convencida de que a educação é o princípio que torna possível a observância e a aplicação efetiva dos outros princípios.

Nas cooperativas, não só os momentos explícitos de educação, de formação e de cursos devem considerar-se como atividade educativa, mas qualquer contato do associado com sua cooperativa poderá ser um momento propício para o processo educativo.

No que tange à metodologia, como todos são adultos, requer-se metodologia da educação de adultos, de maneira descentralizada, fomentando vários grupos de discussão ou vários tipos de grupos de trabalho, para que todos participem do temário e conteúdo proposto.

Assim, a educação cooperativista constitui não só requisito prévio como ainda condição permanente de qualquer cooperativa. A Aliança Cooperativista Internacional define que “o fomento da educação cooperativa torna possível a observância e a aplicação dos demais princípios cooperativistas”. Por isto, a verdadeira educação cooperativista deve conter tanto a capacitação doutrinária quanto a prática de cooperação. A promoção da educação cooperativa é norma fundamental para a organização e o funcionamento das organizações cooperativas.

Já os Pioneiros de Rochdale, no Estatuto de 1844, expressaram sua preocupação pela educação popular e bem cedo organizaram uma sala de jornais e revistas e uma biblioteca, que três décadas depois teve um acervo de 25.000 volumes. Além disso, desde o início, os Pioneiros promoveram vários cursos de capacitação de associados e escola para filhos de associados.

No artigo 42 do novo Estatuto, discutido e aprovado em 1852 (para adequar-se à nova Lei do Industrial and Provident Societies Act de 1852), passaram a destinar 2,5% dos excedentes para um Fundo de Educação, administrado por um Conselho de Educação de 11 membros, eleitos diretamente pela Assembléia Geral.

Cria-se a consciência que a educação ininterrupta e sistemática é indispensável para um bom desenvolvimento das cooperativas. Devido à sua importância, a ACI o mantém e reafirma no rol dos princípios, ao longo dos Três Congressos Internacionais que se ocuparam com os princípios do cooperativismo e sua adequação aos novos tempos: Paris em 1937, Viena em 1966 e Manchester em setembro de 1995.

As organizações cooperativas do mundo todo consagraram este princípio como importante. Vêem a necessidade de destinar tempo e recursos para a atividade educacional. As legislações cooperativas de cada país, destinam um determinado percentual sobre os excedentes para um Fundo de Educação, Capacitação e Ação Social. Porém, por mais que se insista na educação, mais se vê sua necessidade.

Limberger (1979), em seu artigo Importância da Educação Cooperativista, chama à atenção que enquanto no Brasil a lei prevê que 5% dos excedentes sejam destinados a fins educacional, técnico e social, sem definir em que proporção para cada caso, na Argentina e Chile, que possuem as leis cooperativistas mais bem desenvolvidas da América Latina está definido que 5% dos excedentes sejam empregados na educação cooperativista na Argentina, e 2% no Chile. Um destaque especial vem da Republica Cooperativa da Guiana, onde para se obter um diploma, é necessário haver seguido com êxito cursos de formação cooperativa. Há países como a Arábia Saudita que exigem uma fase prévia de capacitação , antes do ingresso na cooperativa, e de sua própria constituição.

Atualmente se impõe como prioridade a realização de tarefas educativas, de forma a fortalecer o movimento cooperativo.

Antecipando-se no tempo, os 28 precursores do movimento cooperativo moderno, em seu documento básico estatuíram os fundos sociais e o estimulo a educação, definindo uma reserva de 2,5% das sobras anuais para a educação.

A lei nº 5764 de 16/12/1971 no parágrafo 29º do artigo 28º prevê a possibilidade de executar os serviços mediante convênios com entidades públicas e privadas, tornando-se relativamente fácil a concretização deste objetivo. Assim as cooperativas poderão firmar convênios com escolas e centros que se dediquem à formação cooperativista. E se os resultados do movimento cooperativo brasileiro ainda deixa a desejar, é justamente pela falta de educação, não apenas em termos gerais, mas fundamentalmente a educação cooperativista.

O art. 28º da lei nº 5764 de 16/12/1971 prescreve que “as cooperativas são obrigadas a constituir o FATES, constituído de 5% pelo menos das sobras liquidas apuradas no exercício”.

Então não se pode alegar falta de recursos para a educação cooperativista. Sabe-se que boa parte das direções das cooperativas não estão aplicando corretamente o FATES, alegando falta de capital de giro e outros aspectos financeiros, fazendo uso então desta reserva, desviando-a ilegalmente . Estima-se que as somas acumuladas chegam à casa dos bilhões, (LIMBERGER, 1979).

Para evitar a continuação deste abuso, e também que todo o fundo seja aplicado em assistência social, no VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo resolveu-se que metade do FATES deve ser aplicado exclusivamente em educação, ficando a outra metade para as duas outras finalidades de assistência técnica e social, a critério de cada cooperativa

A legislação cooperativista brasileira previu sabiamente que muitas cooperativas principalmente as pequenas não poderiam sozinhas executar tal objetivo, e assim dispôs que elas podem fazer convênios com entidades publicas e particulares para tal fim. Para atender a esta necessidade, já existem varias entidades que promovem cursos de cooperativismo tais como: UNISINOS,

Universidade Federal de Santa Maria, Universidade de São Paulo, Universidades Federais de Viçosa, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco e na Universidade de Ponta Grossa (PR) (LIMBERGER, 1979).

Existem algumas circunstâncias que dificultam a prioridade da educação:

a) a carência de instituições centrais de educação cooperativa especializada;
b) a indiferença de alguns dirigentes;
c) a falta de perseverança e continuidade nas atividades educativas e de capacitação;
d) o predomínio dos interesses da “empresa” cooperativa sobre os da “associação de pessoas”;
e) o desvio das finalidades dos recursos previstos para a educação, para outras finalidades, (capital de giro, etc.);
f) falta de pessoas motivadas para empenhar pela atividade educativa, formativa e de capacitação.

Em contrapartida quando os dirigentes das cooperativas e seus associados entenderem e se conscientizarem da importância vital da educação cooperativista para o desenvolvimento e sobrevivência das cooperativas, poderão usufruir dos diversos benefícios advindos da boa aplicação do 5º principio:

a) adquirir os conhecimentos gerais e as experiências que favorecem um desenvolvimento mais adequado das entidades cooperativas;
b) despertar e manter o “espírito cooperativo”, que vai muito além da simples obtenção de vantagens materiais e apela ao sentido de justiça e de solidariedade social;
c) proporcionar aos associados, que ocupam cargos de responsabilidade, e também aos empregados das cooperativas, os conhecimentos técnicos que a crescente complexidade das empresas modernas requerem;
d) motivar os associados em prol do exercício consciente de seus direitos e deveres, sobretudo:

- a prática dos direitos de deliberação e controle,
- a correta eleição dos dirigentes,
- o adequado desempenho dos cargos diretivos e,
- a utilização leal e conseqüente dos serviços de suas cooperativas.

e) promover a colaboração com outras cooperativas e a expansão geral de suas atividades;

f) facilitar à comunidade inteira e seus representantes a distinção entre as verdadeiras e as falsas cooperativas, prevenindo possíveis erros de orientação geral e de regulamentação.

Por tudo isso se reconhece universalmente que é mais importante formar cooperados do que criar novas cooperativas ou, o que é o mesmo, que toda a modalidade de formação cooperativa, deve fundamentar-se numa atividade prévia e constante de educação.

É necessário que fique bem claro que falamos em educação cooperativista, que possibilite ao cooperado adquirir hábitos de pensar, sentir, julgar e agir conforme os princípios cooperativistas.

Assim, adverte Schneider (1994, p. 18):

> Se o cooperativismo quer realizar seus objetivos e se quer realizar de fato a democracia participativa, então a educação cooperativa é um principio fundamental. Com razão os Pioneiros o incluíram nas suas práticas desde os inícios, e a ACI o considerou como um dos seis princípios da cooperação. Não se nasce cooperador, especialmente no contexto individualista e competitivo em que vivemos. Não se mudam comportamentos sem mudar a mentalidade das pessoas. E uma mentalidade diferente só se adquire através de uma educação continuada e persistente. Portanto, é preciso dedicar muitos esforços na formação de um homem cooperativo, solidário, responsável e ciente das vantagens da auto-ajuda na base da ajuda mútua, e , nesse processo, a educação cooperativa assume uma relevância incontestável.

Portanto, se faz necessário que a cooperativa promova cursos de capacitação de seus dirigentes e associados a fim de os habilitarem à prática dos princípios básicos cooperativistas, inclusive em gestão financeira de seus dirigentes e também para o uso correto de técnicas e equipamentos no processo produtivo e comercial (tecnologia de informação, contabilidade, administração, etc.), e poderá estendê-los até aos seus empregados. Tais ações vem contribuir efetivamente para o desenvolvimento do autêntico cooperativismo. É importante a informação à comunidade, de modo geral, do que é o verdadeiro cooperativismo e como ele pode contribuir para melhorar a vida das pessoas. Portanto, a missão das cooperativas é não só formar, mas informar também o público, incluindo jovens e líderes de opinião, sobre as vantagens do cooperativismo.

## 3 CONCLUSÃO

A educação cooperativista é um dos pilares do cooperativismo, desde os Pioneiros de Rochdale. A educação cooperativista sempre esteve em destaque e foi reafirmada nos três Congressos que trataram especificamente dos princípios do cooperativismo. Ela é a mola mestra, o pré-requisito para que a cooperativa cumpra com todas as suas funções sociais. Porém, se na teoria se exalta a importância da educação, na prática pouco se faz a favor da mesma. A educação está sendo menosprezada nas cooperativas. O que se encontra, são alguns casos isolados de cooperativas que se ocupam com o tema, mas que pouco ou nada se refletem no todo do Movimento. Com isso, as novas gerações perdem a oportunidade de familiarizar-se com a identidade cooperativista.

No Brasil, os programas de capacitação desenvolvidos, ficam aquém dos resultados esperados. As poucas atividades na área tendem a ocorrer de forma desorganizada, isolada, com dispersão de recursos, sem uma maior articulação conjunta de âmbito nacional. Espera-se que agora, com a implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativo – SESCOOP, e sempre em estreita harmonia e interação com as organizações cooperativas e as Universidades que têm Centros ou Núcleos de Cooperativismo, poderá constituir um avanço. Prevê-se que possa ser um avanço, em termos de um trabalho sistemático, doutrinariamente adequado, e em condições de dar respostas às demandas de educação e capacitação do sistema cooperativo dos mais diversos ramos.

Diante das considerações nas seções anteriores, pode-se concluir que a educação cooperativista é essencial para a manutenção das cooperativas ao longo do tempo, já que estas estão sempre sujeitas à competição de empresas

capitalistas, que não medem esforços para realizarem fusões e incorporações, tornando-se verdadeiros conglomerados de capital nacional e estrangeiro.

Por conseqüência o próprio movimento cooperativista depende da educação cooperativa, uma vez que as cooperativas se tornem auto-sustentáveis, haveria redução de mortalidade (dissolução) das mesmas, o que tornaria o movimento cooperativista mais forte e constantemente crescente.

Para os associados destas cooperativas, maiores e melhores conhecimentos, participação efetiva, melhoria de qualidade de vida, a segurança de participar de um grupo solidário, com se auto-ajudando, com dirigentes transparentes e a prática do verdadeiro cooperativismo, onde a prática dos princípios cooperativistas estarão sempre presentes.

Como forma de buscar alternativas para a auto-sustentabilidade das cooperativas, e como forma de cumprir com os seus princípios básicos, a educação cooperativista surge como opção para envolver o cooperado nas atividades da cooperativa, buscando capacitá-los e conscientizá-los sobre os princípios cooperativistas, a solidariedade, a ajuda mútua, não só no momento atual, mas também para as próximas gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BENECKE, Dieter W. **Cooperação e Desenvolvimento:** O papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo. Porto Alegre; Coojornal; Recife, Assocene, 1980.

DRIMER, Alicia K. **Las cooperativas – Fundamentos – Historia – Doctrina** Buenos Aires: Intercoop, 1981, 431-432.

FRANKE, Walmor. **Direito das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Saraiva, USP, 1973. Zaar, 1966.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1965.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

_____. **Pedagogia do Oprimido. Rio** de Janeiro, Paz e Terra, 1987**.**

FREITAS, Marcio Lopes de. Presidente da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <http://www.ocb.org.br >. Acesso em: 12 jan. 2008.

LAIDLAW, Alexander. **Las cooperativas en el año 2000**. Buenos Aires: Intercoop, 1981, 121 p.

LIMBERGER, Emiliano. **Importância da Educação Cooperativista**. Artigo publicado na Revista Perspectiva Econômica, Série Cooperativismo 3, Ano XII, vol. 8, n.20, 1979.

MAUAD, Marcelo José Ladeira. **Cooperativas de trabalho: sua relação com o Direito do Trabalho**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2001.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como Alternativa de Mudança:** uma abordagem normativa. Rio de Janeiro, 2000.

PINHO, Diva B. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma Monografia**. São Paulo: Martins. Fontes, 1994.

SCHNEIDER, José Odelso. **A Doutrina do Cooperativismo nos Tempos Atuais.** In Cadernos CEDOPE, Série Cooperativismo, nº 12, 1994 - Ed. UNISINOS.

**_____. A Importância da Educação Cooperativa Hoje.** In Revista Perspectiva Econômica - Série Cooperativismo 39 - Ed. UNISINOS.

**_____. As Origens do Cooperativismo Moderno**. In Compendio de Cooperativismo UNIMED. Porto Alegre: WS Editor, 1998.

**_____. Conteúdos da Educação Cooperativista**. In Revista Perspectiva Econômica, Série Cooperativismo 3, Ano XII, vol. 8, n.20, 1979

**_____. Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SILVA, Leda Maria Messias da Silva. **Princípios do Cooperativismo.** Disponível em: <http://www.nobel.br/?action=revista&id=10#_ftnref1>. Acesso em: 20 março 2008.